



A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DO ENSINO DA CULTURA INDÍGENA BRASILEIRA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Esmênia Soares Costa Barreto ¹

Joelma Rejane dos Santos Nascimento de Miranda ²

RESUMO

O objetivo deste artigo é favorecer a discussão acerca da importância e respeito ao ensino da cultura indígena brasileira na Educação Infantil. Então, como o professor é um partícipe pró-ativo que intermedia e orienta seus discentes na construção de valores para um futuro cidadão consciente e que reconheça a trajetória histórica dos povos indígenas no Brasil e suas importantes contribuições na formação do povo e nação brasileira, precisa estar atento para não reafirmar impressões que não condizem com a realidade dos povos indígenas e, trazer para sala de aula propostas pedagógicas que promovam a inclusão social e cultural, devendo inibir a discriminação, o racismo e o preconceito. Para tanto, é preciso deixar de lado atividades tradicionais e proporcionar a seus alunos uma reflexão por meio de leituras, músicas, filmes e documentários que abordem mais profundamente o cotidiano da riquíssima cultura indígena, reconhecendo as influências e contribuições deste povo presentes na nossa sociedade atual, tanto nos costumes como na língua. O procedimento metodológico utilizado na elaboração deste artigo é de natureza qualitativa desenvolvida através de uma pesquisa bibliográfica exploratória. Com este estudo podemos concluir que ainda se faz necessário que o professor e todos que estejam comprometidos em promover uma educação de qualidade e respeito aos saberes imprescindíveis nesta etapa da formação escolar, devem com suas práticas educacionais auxiliar na desconstrução de modelos estereotipados relacionados aos povos indígenas, ampliando o horizonte de conhecimentos sobre estes povos para seus alunos e, assim prepará-los para o exercício de cidadania.

Palavras-chave: Cultura indígena brasileira, Educação Infantil, Povos indígenas, Práticas educacionais, Inclusão.

INTRODUÇÃO

O povo brasileiro é resultado da miscigenação de vários povos, sendo os indígenas, os portugueses e os africanos os principais grupos formadores dessa nação.

Existe uma grande variedade de povos indígenas no Brasil, com costumes, códigos de conduta e hábitos diferentes. De acordo com o censo realizado em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população indígena estimada era de 896.900

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba –UEPB, esmenia11@hotmail.com;

² Mestranda em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - PPGECM/UEPB, joelmarejane.cg@gmail.com;



mil indivíduos, sendo em torno de 305 etnias indígenas, falantes de 274 línguas indígenas, correspondendo a 0,4% da população brasileira.

Além disso, é relevante salientar a existência de três terras indígenas localizadas no maior centro urbano do país, onde vive mais de mil pessoas do povo Guarani, isso sem contar os índios das etnias Atikum, Pankararu, Terena, Fulni-ô, Pankareré, Kaingang, Kariri Xocó e Potiguara que vivem fora de terras indígenas na cidade de São Paulo ou em terras indígenas de outras cidades do interior paulista. De acordo com estes dados, o censo demográfico do IBGE no ano de 2010, declara que mais de 63 mil indígenas vivem no estado de São Paulo, ficando atrás apenas dos estados: Amazonas e Bahia, em termos de população indígena.

Segundo Freire (2010), ao longo dos anos, as línguas, as religiões, a arte e a ciência indígena foram desprezadas, exotizadas ou negadas tanto pelos colonizadores quanto pela sociedade brasileira que ignorou a complexidade dessas culturas se pautando em estereótipos e no senso comum sobre elas.

Desta forma, o contato de duas culturas, onde uma é mais primitiva e outra mais avançada tecnicamente, a segunda quase sempre procura destruir ou aniquilar na primeira tudo aquilo que se supõe ser contrário à moral ou aos interesses dos dominadores.

Historicamente a forma de pensar o currículo escolar no Brasil sempre revelou a trajetória de legitimação de uma educação monocultural, que ignora as matrizes culturais dos povos indígenas e africanos, cumprindo o papel da desvalorização e reprodução negativa dos seus repertórios culturais (LIMA, 2006, p. 39).

Assim, a visão imposta pela sociedade em geral sobre a cultura indígena foi construída a partir das imagens e histórias dissertadas em livros durante o currículo do Ensino Fundamental, no qual estudava-se primeiramente o descobrimento do Brasil e posteriormente tantos outros acontecimentos provocados pela colonização como a troca de especiarias, exploração do pau brasil, primeira missa, escravidão, etc. Por este motivo, encontra-se ainda hoje uma ideia bastante distorcida dos povos indígenas.

Segundo Bergamaschi e Gomes, (2012, p.56):

(...) predominavam nos livros didáticos de História, narrativas que abordavam os povos indígenas como representantes do passado, só aparecendo como primeiros habitantes do Brasil, concepções responsáveis pela formação de muitas gerações escolares.

Nas diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, a solidariedade e respeito às diferentes culturas, identidades e singularidades, são princípios fundamentais. As crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater



preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. [...] é necessário criar condições para o estabelecimento de uma relação positiva e uma apropriação das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América, reconhecendo, valorizando, respeitando e possibilitando o contato das crianças com as histórias e as culturas desses povos (Brasil, 2009, p. 89).

Portanto, diante dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo, favorecer a discussão acerca da importância, contribuições e o respeito ao ensino da cultura indígena brasileira na Educação Infantil.

Assim, esperamos contribuir com o debate, junto a profissionais que atuam nesta etapa da educação escolar, quanto ao grande desafio enfrentado atualmente pelo docente em oferecer aos alunos a oportunidade de conhecerem mais sobre os povos indígenas, evitando a reprodução do silêncio sobre a temática ou a manutenção de preconceitos, estereótipos ou superficialidade aos quais as gerações passadas foram expostas durante sua formação, tanto na educação básica como no ensino superior.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado na elaboração deste artigo é de natureza qualitativa desenvolvida através de uma pesquisa de revisão bibliográfica, utilizando livros, revistas e artigos científicos, que enfatizem a importância ao ensino da cultura indígena brasileira na Educação Infantil.

De acordo com Oliveira (2007), a revisão bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos e artigos científicos. Tendo como característica diferenciadora de que é um tipo de estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica, onde a principal finalidade da revisão bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo, sendo o que mais importante para quem faz opção pela revisão bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico.

REFERENCIAL TEÓRICO



O Brasil é um país marcado pela diversidade de vários povos, em especial, os índios, que antes mesmo da chegada dos colonizadores, já habitavam o território brasileiro, assim, reconheceu-se a necessidade do respeito e do reconhecimento à cultura indígena, por essa razão, foi promulgada a Lei 11.654, em 2008, que complementou a lei 10.639 alterando a redação do artigo 26 – A, acrescentando, ao lado do grupo étnico dos negros, o estudo sobre os índios.

Desta forma, a lei passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. (BRASIL, Lei 11.645/08).

Com a aprovação da Lei 11.645/08, que propôs alterar e estabelecer novas Diretrizes e Bases à Educação Nacional (BRASIL, 2004), tornou-se obrigatória a temática indígena nas salas de aula de todo o território nacional, havendo uma intenção, por lei, de valorização dos aspectos da história e cultura, que caracterizam a formação da população brasileira, enfatizando as contribuições dos povos indígenas, no que se refere às áreas sociais, adentrando, claro, o campo político, econômico e cultural da História do Brasil.

Para Santos (2005), a escola precisa se firmar como um espaço que valoriza a diversidade cultural, as trocas de experiências, o respeito mútuo e dessa forma, ajudar a promover a desconstrução de estereótipos racistas.

Nesta perspectiva, de pensar e organizar um espaço escolar de caráter intercultural e inclusivo, deve-se observar o que sugere Maturana como um dos papéis fundamentais da escola, quando propõe que a tarefa da educação escolar é permitir e facilitar o crescimento e desenvolvimento das crianças como seres humanos que respeitem a si próprios e os outros com consciência social, de modo que possam atuar com responsabilidade e liberdade na comunidade a que pertencem (MATURANA, 2002, p.13).

Assim, desde a Educação Infantil os professores têm a responsabilidade de trabalhar projetos que objetivem os valores, aceitação e o respeito às diferenças sejam elas de raça, de gênero, de credo, de etnia ou de cultura, por essa razão as atividades devem ser planejadas



de forma que instiguem a imaginação e a curiosidade das crianças, considerando-as como agentes ativos na aprendizagem, capazes de entenderem e conviverem harmoniosamente com as diferenças e diversidades existentes nos grupos sociais nos quais estão inseridas.

Se desejarmos uma sociedade com justiça social, é imperativo transformarmos nossas escolas em um território de equidade e respeito; um espaço adequado à formação de cidadãos (CAVALLEIRO, 2001, p. 07).

O professor pode trabalhar junto a seus alunos em sala, a sonoridade indígena, comidas típicas e através de recursos audiovisuais como: filmes e documentários, a vida, história e costumes desses povos, utilizando-se a ideia das múltiplas linguagens, que consiste em estimular amplamente as crianças, oferecendo nesta fase da educação escolar diferentes formas de aprendizagem, de desenvolvimento, estimulando as diferentes possibilidades, sendo elas: visual, musical, manual, etc.

Segundo Pletsch, (2007, p. 3):

Nesta era da comunicação e informação a sociedade não mais nos permite leituras que objetivem uma única interpretação, nem mesmo leitores apenas de livros. Hoje é cada vez mais necessário que o nosso aluno seja capaz de compreender as múltiplas linguagens, como por exemplo, as plásticas, gestuais, musicais, de imagem, do cinema, do teatro, histórias infantis, entre tantas outras. “A verdadeira comunicação ultrapassa a decodificação de letras ou imagens visuais e a extração de informações.” É um processo em que a criança é instigada a desenvolver um trabalho ativo que é o de construção de significados.

Nesse contexto, de acordo com Arroyo (1990), a literatura infantil tem uma relação muito próxima às questões do ensino e à pedagogia, as obras literárias para crianças também manifestam em seus conteúdos, em maior ou menor grau, os problemas da sociedade a guisa de solucioná-los.

Existem diferentes livros infantis que abordam a história e as lendas indígenas. O professor pode utilizar roda de leituras para falar sobre a maneira como os indígenas interagem com o meio ambiente, como também, apresentar algumas lendas como forma de valorizar a cultura desses povos.

Em face disso, *As Peripécias do Jabuti*, escrita pelo autor indígena, Daniel Munduruku, e ilustrada por Ciça Fittipaldi, é uma obra que demonstra como se configura o movimento de diálogo entre culturas e o hibridismo cultural na busca pela alteridade no que tange ao discurso verbal e sua relação com o não verbal e ao tratamento da própria temática indígena. Assim, dialogicamente, confrontando palavra e imagem, propõe-se a análise do percurso narrativo que permite a representação de aspectos da cultura indígena no âmbito da busca pela alteridade (MARTINS, 2014, p.110).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já enunciado neste estudo, objetivamos analisar a importância do ensino da cultura indígena brasileira na Educação Infantil, visto que os docentes para trabalharem esse tema em sala de aula, o dia 19 de abril, “dia do índio”, não deve ser a única oportunidade de serem abordados os povos que são a origem do nosso país.

Nesse sentido, formar docentes capazes de ministrarem disciplinas do currículo que contemplem uma perspectiva positiva do índio na sociedade brasileira como protagonista de nossa história é um desafio e uma necessidade.

O professor através de suas práticas educativas deve proporcionar em seus ensinamentos o devido conhecimento e respeito quanto à cultura indígena em sala de aula de forma reflexiva rompendo com visões eurocêntricas.

Partindo deste ponto, com a aprovação da Lei 11.645/08 tornou-se uma forma de legitimar o reconhecimento e valorização dessas matrizes (africana e indígena) na formação do povo brasileiro.

Dessa forma, é necessário promover saberes imprescindíveis para as crianças ampliando seu horizonte de conhecimentos e, assim preparando para o exercício de cidadania ajudando na desconstrução de modelos estereotipados.

Percebemos que atualmente já existem excelentes obras direcionadas ao público infantil retratando a história, cultura, costumes e lendas dos povos indígenas. Quanto aos livros didáticos, já ocorreram ao longo dos anos algumas mudanças positivas em relação à forma de tratar o indígena, mas ainda podemos constatar que muitos estereótipos persistem.

De fato, ainda são necessárias mudanças significativas na forma de tratar os diversos povos indígenas do Brasil nos manuais didáticos, a fim de se pensar a importância de trabalhar mais e melhor a presença do indígena no processo histórico, identitário e cultural, para que em algum momento da nossa história, alcancemos a tão almejada igualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber de acordo com os estudos realizados na condução deste trabalho, a população brasileira é resultado da miscigenação de vários povos. Somos fruto de uma história que suas raízes não foram justas com relação a esse olhar para o “outro”.



Após a colonização do Brasil, a história dos povos indígenas foi distorcida ao longo dos anos, de geração a geração, através do currículo escolar e dos livros didáticos. Mesmo com a grande importância e contribuições na formação do povo desta nação, não foram devidamente valorizados e, fatores como: cultura, culinária, costumes e algumas palavras da língua dos povos indígenas que foram incorporados ao nosso cotidiano, mesmo assim, predominou-se a visão eurocêntrica, não havendo uma real compreensão e respeito de quem eram essas pessoas que aqui habitavam antes do europeu.

Por sua vez, a instituição escolar precisa se firmar como um espaço que valoriza a inclusão, diversidade cultural, a troca de experiências, o respeito mútuo e a empatia, e assim, formar uma corrente visando promover a desconstrução desses estereótipos.

Portanto, reconhecemos que, embora a Lei nº 11.645/08, a qual torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígenas nas escolas, constitua um avanço, em termos de possibilidade de acesso aos conhecimentos sobre os povos indígenas no Brasil, sua aplicação ainda demanda maiores esforços e investimentos. Já existem iniciativas, como literaturas disponíveis que tratam com devido respeito essa temática na escola, mas é necessário cursos específicos de formação de professores e a publicação de textos de apoio, constituindo apenas o primeiro passo necessário neste sentido, e é fundamental levarmos a sério as demandas dos próprios educadores que se vêm encarregados de enfrentar os desafios da educação para o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

ARROYO, L. **Literatura Infantil Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

BERGAMASCHI, M. A., GOMES, L. B. "**Ensaio de Educação Intercultural**." Currículo sem fronteiras, v.12, n.1, pp. 53-69, Jan/Abr 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/bergamaschi-gomes.pdf>, acesso em 08 de nov. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm, acesso em 10 de nov. de 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2009.



FREIRE, José Ribamar Bessa. **A herança cultural indígena ou cinco ideias equivocadas sobre os índios.** In: ARAUJO, Ana Carvalho Ziller de; CARVALHO, Ernesto Ignácio de; CARELLI, Vicent Robert (org.). Cineastas indígenas – outro olhar. Guia para professores. Olinda, PE: Vídeo nas Aldeias, 2010, p. 17-33.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Racismo e anti-racismo na educação.** 5. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.

LIMA, M. N. M. de. **Escola Plural: A diversidade está na sala. Formação de Professores em História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** (Série fazer valer os direitos) São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Salvador, BA: CEAFFRO, 2006.

MARTINS, C. A. **Daniel Munduruku e Ciça Fittipaldi: uma parceria em busca da alteridade.** São Paulo: Literartes, 2014.

MATURANA, H. R.; REZEPEKA, N. S. Formação humana e capacitação. Petrópolis. Vozes, 2002.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007.
O Brasil indígena. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/> acesso em 12 de nov. de 2019.

PLETSCH, Glaucí Kuhn. “**As múltiplas linguagens na educação infantil.**” Congresso de Leitura do Brasil. Vol. 16. 2007.

SANTOS. Gislene Aparecida. **A invenção do ser negro.** 1.ed. São Paulo: Educ Fapesp, 2005.